

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120.950 - GO (2019/0351786-9)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : GUSTAVO LIMA NUNES
ADVOGADO : CARLOS LUIS GRUVINEL - GO040573
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por GUSTAVO LIMA NUNES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que denegou a ordem visada no HC n. 5538961-75.2019.8.09.0000 para manter a prisão preventiva decretada em seu desfavor nos autos da ação penal a que responde pela suposta prática do delito tipificado nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o recorrente, em síntese, estar sofrendo constrangimento ilegal decorrente da inidoneidade dos fundamentos utilizados para decretar e manter a segregação cautelar, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Realça suas condições pessoais, que lhe seriam favoráveis e lhe autorizariam responder em liberdade à ação penal ou mediante a imposição de medidas cautelares mais brandas, insculpidas no art. 319 do estatuto processual penal.

Por fim, defendo a configuração de excesso de prazo para a formação da culpa, sem que tenha dado azo à delonga, haja vista que estaria segregado desde da data dos fatos, sem previsão para o encerramento da instrução criminal.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do presente reclamo para que seja revogada a prisão *ante tempus* ou, subsidiariamente, substituída por cautelares alternativas.

É o relatório.

Depreende-se dos autos que o recorrente, após ser preso em flagrante no dia 7/3/2019, teve a prisão convertida em preventiva e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática do delito tipificado nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006, porque teria sido surpreendido na própria residência guardando e mantendo em depósito 31,08g de maconha e 9,395g de cocaína, bem como petrechos usualmente utilizados no manuseio da droga, inclusive balança de precisão, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Mostra-se inviável acolher a pretensão sumária.

Isso porque há fundamentação apta para a denegação da ordem mandamental e a manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado:

"Extraí-se do caderno processual que o paciente foi preso em flagrante, no dia 07 de março de 2019, e posteriormente denunciado pela suposta prática do crime previsto no artigo 33 da Lei de Drogas, porque, em tese, tinha no interior de sua residência 07 (sete) porções de

maconha, pesando 31,080g (trinta e um gramas e oitenta miligramas), e 01 (uma) porção de cocaína, com massa total de 9,395g (nove gramas, trezentos e noventa e cinco miligramas), além de 01 (uma) balança de precisão.

No ato judicial que converteu a prisão flagrancial em preventiva, a magistrada fundamentou a necessidade da medida extrema para a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, diante da **quantidade e variedade das substâncias entorpecentes** hipoteticamente localizadas na residência do paciente, além de uma balança de precisão e, ainda, no **risco de reiteração delitiva, já que responde à ação penal 114708-18.2017.8.09.0139, por possível prática de crime análogo**" (e-STJ fl. 68, grifou-se).

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos neste momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o recorrente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular acerca da atual situação prisional do recorrente, bem como do andamento da ação penal, encaminhando senha para acesso ao andamento do respectivo processo, se for o caso.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator